

## DO URANIANO AO LGBTQQIP2SAA: DESAFIOS DA NOMEAÇÃO IDENTITÁRIA<sup>1</sup>

Alexandre de Freitas (Coletivo LGBTHEUSA)

Estudos de Mídia - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

**RESUMO:** O artigo analisa a evolução histórica das terminologias ligadas à diversidade sexual e de gênero, desde o “uranismo” de Karl Heinrich Ulrichs até o acrônimo LGBT e variações. Procura demonstrar como esses termos refletem disputas por reconhecimento, identidade e inclusão, revelando tensões entre essencialismo e perspectivas pós-estruturalistas. Destaca-se que a linguagem não apenas nomeia, mas constitui sujeitos e produz exclusões, sendo, portanto, central na luta por direitos e justiça social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero, sexualidade, identidade

O termo “uranista” (ULRICHS, 1867), cunhado por Karl Heinrich Ulrichs<sup>1</sup> foi derivado de um mito grego da deusa Afrodite Urânia, que teria nascido após Zeus cortar os testículos de Urano. Ele sentiu afinidade com essa narrativa por entender que Afrodite Urânia não era fruto de uma relação *dioniana* (heterossexual), o que simbolizava a singularidade das experiências de orientações sexuais não-hegemônicas.

A concepção terminológica de Ulrichs delineia uma cisão essencialista entre corpo e alma: *anima muliebris virili corpore inclusa*. O homem uranista seria aquele que possui um corpo masculino, porém uma “alma feminina”. Essa formulação antecipa, ainda que de maneira rudimentar, discussões posteriores sobre gênero e sexualidade.

No final do século XIX não havia distinção e, como consequência, o termo “sexualmente invertido” (ELLIS, 1897) era utilizado para abranger ambos os fenômenos. A noção de “inversão sexual” não apenas descreve uma diferença percebida, mas a fabrica discursivamente, produzindo sujeitos dentro de uma lógica normativa (FOUCAULT, 1976).

A terceira onda do feminismo, influenciada por Simone de Beauvoir — “não se nasce mulher, torna-se” (BEAUVOIR, 1949, p. 283) — rompe com a ideia de um núcleo de gênero estável, ao propor o gênero enquanto prática performativa (BUTLER, 1990).

Sob essa luz, tanto a noção de “uranismo” quanto a de “inversão sexual” podem ser lidas como tentativas de neologizar a dissidência de gênero e sexualidade em moldes ainda rudimentares. A análise histórica já revela os limites e fissuras dessas categorias.

---

<sup>1</sup>Jurista, considerado o primeiro militante em defesa dos direitos homossexuais do mundo ocidental. Ele defendeu, ainda no século XIX, a inaplicabilidade de leis contra homossexuais na Alemanha.

Sunt mihi barba maris, artus, corpusque virile; Sua inclusa quidem:  
sed sum maneoque puella.<sup>2</sup> (ULRICHS, 1863)

Ainda no século XIX, o termo “homossexual” foi cunhado pelo médico húngaro Karoly Maria Benkert, sob o pseudônimo K. M. Kertbeny, em correspondência endereçada a Ulrichs (KERTBENY, 1868). Seu uso só viria a se popularizar no início do século XX, sendo a carta original disponibilizada ao público apenas em 1987, por meio de fac-símile na revista *Capri: Zeitschrift für schwule Geschichte*.

O termo “homófilo” foi originalmente cunhado pelo psicanalista e astrólogo alemão Karl-Günther Heimsoth, na tese *Hetero- und Homophilie* de 1924, para enfatizar o amor (philia) em vez do sexo. Todavia, só se consolidou no período pós-Segunda Guerra Mundial, quando organizações de vários países passaram a adotá-lo para identificar as mobilizações em prol dos direitos civis, vindo a sofrer estigmatização a *posteriori*.

Na mesma toada deste pensamento, destaca-se o trabalho de Maria Berenice Dias, responsável pelo desenvolvimento e popularização do termo “homoafetividade” (DIAS, 2000). A intenção foi enfatizar o aspecto afetivo, e não apenas o sexual, das relações entre pessoas do mesmo sexo (DIAS, 2023).

Na década de 1960 o termo “gay”<sup>3</sup> (do francês *gai*) emergiu entre a geração vinculada ao movimento de Stonewall, uma vez que os ativistas buscavam se distanciar de termos médicos ou pejorados. “Gay” passou a ser utilizado de forma abrangente mesmo após o surgimento de novos vocábulos. Até a década de 1990, ainda era empregado para designar a comunidade.

Com os debates impulsionados pela terceira onda do feminismo, as mulheres lésbicas passaram a articular como suas experiências divergiam tanto das vivências de mulheres heterossexuais quanto dos homens gays. Esse avanço se tornou possível, em grande parte, pela introdução do conceito de interseccionalidade (CRENSHAW, 1989), que evidenciou como formas distintas de opressão — como racismo, sexismo e classismo — não operam de maneira isolada, mas se entrecruzam, produzindo experiências específicas de marginalização.

Assim surge o termo “lésbica”, inspirado na ilha grega de Lesbos, associada à poetisa Safo, cujos poemas sobreviventes descrevem o amor erótico e a atração

---

<sup>2</sup>“Tenho barba de homem, membros e corpo viril; Minha parte feminina, de fato, está confinada, mas continuo sendo e serei para sempre uma donzela.” (tradução livre)

<sup>3</sup>Trata-se do primeiro termo amplamente adotado pela comunidade que passou por uma significativa mudança semântica. Sua origem e evolução semântica constituem objeto de discussão no meio acadêmico (WILLIAMS, 2019).

entre mulheres. A aceitação do termo reflete um processo de resgate cultural e político, em que a memória de Safo e sua obra passaram a simbolizar resistência e reconhecimento.

O surgimento do léxico transgênero foi proposto pelo psiquiatra John F. Oliven (OLIVEN, 1965). Posteriormente, o termo foi ressignificado e popularizado pela revista norte-americana *Transvestia*, criado com o intuito de formar uma coalizão de indivíduos que desafiavam as categorias e expectativas tradicionais de gênero. Destaca-se que, entre os termos em uso relacionados à diversidade de gênero e sexualidade, um dos poucos que ainda mantém uma conotação médica.

O termo *uranodioniano*, de Karl Heinrich Ulrichs, refere-se ao indivíduo que “deseja ambos os sexos”. O vocábulo “bissexual” (KRAFFT-EBING, 1886), por sua vez, passou por transformações de significados através dos anos. Quando foi cunhado por Richard von Krafft-Ebing, denotava a atração sexual, mas também um conceito biológico ligado à presença de características sexuais masculinas e femininas em um mesmo indivíduo. As ideias se dividiam entre “bissexualidade psíquica” e “biologia sexual ambígua”.

Com a fundação do Instituto de Sexualidade em Berlim e estudos posteriores, Magnus Hirschfeld defende a separação entre orientação sexual e expressão de gênero (HIRSCHFELD, 1910), ainda que se utilizando de outros termos que não foram absorvidos pela comunidade. O termo “intersexual” é formulado pelo médico Herbert E. M. Engel na obra *Intersexuality and the Middle Sex* (1963).

Durante os preparativos do Festival Mix Brasil, em 1994, Suzy Capó e André Fischer criaram e difundiram o acrônimo GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes), com finalidade mercadológica e apelo à aceitação pública. Com o fortalecimento dos movimentos bissexuais, transgêneros e *queer* ao longo da década de 1990, o termo GLS foi progressivamente substituído por LGBT, considerado mais abrangente. O acrônimo é uma coalizão intencional de identidades distintas, o que o torna alvo constante de debates sobre inclusão, legibilidade e representatividade.

Ao se observar a diversidade interna, há indivíduos transviados que não se enquadram nos termos consagrados pelo acrônimo mais amplamente difundido. Muitos desses sujeitos, em especial os não-binários, vivenciam uma dupla exclusão: por um lado, são marginalizados pela sociedade, por outro, não se veem plenamente representados dentro da própria comunidade.

Dessa forma, os debates tangenciam à lógica foucaultiana de que a classificação contida na tecnologia de poder, pois moldam a percepção de realidade, bem como da própria identidade (HALL, 2016); produzem regimes de verdade e moldam sujeitos sociais (FOUCAULT, 1971), o que fortalece a separação.

A constante fragmentação em categorias específicas de reconhecimento (RAUCH, 2018), ao invés de promover uma igualdade substantiva, gera a impressão de “direitos especiais”, dificultando a integração discursiva na esfera pública.

Embora versões expandidas da sigla, como LGBTQQIP2SAA, busquem representar de forma ampla as diversas identidades de gênero e sexualidade, sua complexidade dificulta a memorização e o uso cotidiano, comprometendo a eficácia na promoção de aderência e conscientização.

Representar não é mero reflexo da realidade, mas um processo ativo de construção de sentidos culturalmente significativos. É necessário que os significados circulem culturalmente (HALL, 2016). O acrônimo, por si, funciona como um sistema de representação coletiva: se mal articulado, pode produzir invisibilidades na esfera pública.

Entende-se que a emergência dessas categorias está inserida em um regime de saber-poder que, ao classificar e nomear os sujeitos sexuais, simultaneamente os constitui (FOUCAULT, 1976).

É fato que a terminologia em torno do gênero e da sexualidade sofreu diversas alterações conforme a situação político-histórica. Como tal, a inovação da linguagem é parte integrante dos direitos civis e da justiça social: o termo “homoafetividade”, por exemplo, teve inegável importância durante a luta pela união estável e casamento entre pessoas do mesmo sexo (DIAS, 2006).<sup>4</sup>

Alega-se que a adoção de um termo que una a comunidade exclusivamente, a partir da opressão compartilhada, pode resultar na predominância da hegemonia dos gays dentro do coletivo. Observando o histórico do acrônimo, especialmente desde que a letra “L” passou a preceder o “G”, não se evidencia um protagonismo ampliado da comunidade lésbica no âmbito coletivo, tampouco um desconforto significativo por parte dos homens.

A relação de equivalência não pode manifestar-se apenas pela substituíbilidade casual de seus termos; ela deve gerar um equivalente geral em que a própria relação se cristalize simbolicamente. (LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal, p. 64, 2001)

Em 2020, o *Log Cabin Republicans*, maior organização LGBTQ republicana, aprovou a candidatura de Donald Trump, apesar das políticas que atacavam os

---

<sup>4</sup>“Fazer analogia com o Direito das Famílias que se justifica pela afetividade, significa reconhecer a semelhança entre as relações familiares e as homossexuais. Assim, passou a Justiça a emprestar relevância ao afeto, o elegendo como elemento de identificação para reconhecer a natureza familiar das uniões homoafetivas.”. (DIAS, 2006)

direitos trans. Reforça-se que a presidente da organização era uma mulher lésbica, que renunciou ao cargo após o apoio. Isso evidencia que, mesmo com diversidade interna, persiste a indiferença em relação ao incômodo que o acrônimo poderia causar dentro da comunidade.

Observa-se que há uma percepção na comunidade de que essas mudanças de ordem, de certa forma, alterariam a hierarquia cultural. Reparar essa injustiça não é apenas dar voz ou celebrar simbolicamente outras identidades, mas incluí-las formalmente como membros plenos. Trata-se de:

[...] abarcar não só as reformas que visam revalorizar as identidades desrespeitadas e os produtos culturais de grupos discriminados, mas também os esforços de reconhecimento e valorização da diversidade, por um lado, e, por outro, os esforços de transformação da ordem simbólica e de desconstrução dos termos que estão subjacentes às diferenciações de estatuto existentes, de forma a mudar a identidade social de todos. (FRASER, 2002).

Deve-se destacar que a organização dos termos em um acrônimo não deve ser interpretada como indicativa de hierarquia interna. A real influência do acrônimo reside na capacidade de representar a comunidade para o mundo exterior — seja como uma entidade fragmentada por facções, seja como uma comunidade coesa.

Deste modo, os conflitos internos devem ser resolvidos entre os próprios ativistas, e não transferidos para a esfera da sigla, pois tal procedimento apenas acentua divisões internas, fragilizando a comunidade e a tornando suscetível a ataques externos, independentemente da legitimidade das reivindicações. Em outras palavras, quanto mais taxas de exclusão interna acumulam, mais precária se torna a construção de unidade do agrupamento (LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal, 2001). Requer-se, portanto, uma construção hegemônica que, em determinadas circunstâncias, possa ser a condição para a consolidação da luta.

A ideia de comunidade expressa um anseio por plenitude social, simetria, segurança e uma identidade sólida que se objetiva ao ser afirmada de forma inequívoca pelos outros. Trata-se de um sonho compreensível, mas ainda assim um sonho e um sonho com sérias consequências políticas (tradução livre) (YOUNG, Iris Marion, p. 241, 1990).

No curso dessas discussões foram apresentadas diversas alternativas ao acrônimo, incluindo termos como Q (RAUCH, 2018)<sup>5</sup>, SAGA (Sexualidade e Aceitação de

---

<sup>5</sup>Proposto por Jonathan Rauch, ele entende que o termo engloba todas as pessoas e não significa necessariamente 'queer', ficando a cargo do indivíduo interpretar.

Gênero)<sup>6</sup>, GDS (Gênero e Sexualidade Diversificada)<sup>7</sup>, *MOGAI (Marginalized Orientations or Gender Alignments and Intersex)*<sup>8</sup>, *Queer*<sup>9</sup>, Transviado<sup>10</sup> e MSG (Minorias Sexuais e de Gênero)<sup>11</sup>.

Por fim, cabe destacar que a identidade “LGBT” não deve ser entendida como uma categoria essencialista. A abolição do uso acronímico pode representar um reconhecimento legítimo das uniões dentro do coletivo. A luta histórica da comunidade é pelo direito à identidade e a existência plena. Portanto, este debate representa um passo decisivo na construção de uma identidade coletiva sólida, que requer, sobretudo, ação efetiva.

## REFERÊNCIAS:

BUTLER, Judith. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**. New York: Routledge, 1990.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**. University of Chicago Legal Forum, v. 1989, n. 1, p. 139–167, 1989. Disponível

---

<sup>6</sup>Proposto em 2016, que justifica o uso com: “1. É fácil dizer, 2. Inclui a todos sem 3 bilhões de caracteres do acrônimo, 3. SAGA significa “uma longa história de realização heroica que descreve bem o movimento”.

<sup>7</sup>Utilizado em alguns artigos acadêmicos no Reino Unido e aderidos por algumas ONGs, desde o começo dos anos 2000.

<sup>8</sup>Proposto nos anos 2010, há diversos críticos, seja por invocar sentimentos de alguns ativistas contra os direitos gays que procuram chamar os seus desejos de “não-naturais”, bem como por ativistas que invalidam identidades não-binárias.

<sup>9</sup>Surgiu no século XIX como um insulto para pessoas com expressões de gênero não normativas e relações homossexuais. Na Parada Gay de Nova York de 1990, numa ação do ACT UP, o Queer Nation lançou um manifesto com o propósito de ressignificá-lo como símbolo de resistência, mas ainda gera desconforto para muitos pela carga pejorativa histórica. Atualmente, ‘queer’ vem sendo reapropriado para incluir pessoas que questionam sua orientação sexual ou identidade de gênero, tornando-se um conceito mais inclusivo e abrangente. No Brasil, o termo enfrenta resistência por ser visto como excessivamente acadêmico.

<sup>10</sup>Muito utilizado nos anos 1960 para designar jovens rebeldes e, por vezes, de forma pejorativa para pessoas trans. Atualmente, a comunidade LGBTQ+ tem ressignificado essa palavra como uma afirmação de identidade e orientação que desafiam as normas sociais. Seu equivalente em espanhol, *transmaricabollo*, também vem sendo reivindicado por grupos hispânicos como símbolo de resistência. É muito aplicado nos estudos acadêmicos de Berenice Bento.

<sup>11</sup>A proposta do termo surgiu na década de 1960, atribuída ao médico sueco Lars Ullerstam, sendo concebido como um conceito análogo ao de minoria étnica. Contudo, seu uso ganhou maior relevância na comunidade apenas recentemente. Os críticos apontam que o termo é excessivamente inclusivo, abrangendo grupos como fetichistas e swingers, e destacam que, na época da criação, também englobava pedófilos e outros crimes sexuais.

vel em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>. Acesso em: 13 jun. 2025.

DIAS, Maria Berenice. **Politicamente correto**. 5 ago. 2004. Disponível em: <https://berenedias.com.br/politicamente-correto/>. Acesso em: 13 jun. 2025.

DIAS, Maria Berenice. **União homossexual: o preconceito e a justiça**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

DIAS, Maria Berenice; ARRUDA, Marília Lopes. **Unões homoafetivas**. 11 abr. 2006. Disponível em: <https://berenedias.com.br/unioes-homoafetivas/>. Acesso em: 13 jun. 2025.

ELLIS, Havelock. **Sexual inversion**. Londres: Wilson & Macmillan, 1897. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/ebooks/13611>. Acesso em: 13 jun. 2025.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso (L'Ordre du discours: leçon inaugurale ao Collège de France, pronunciada em 2 dez. 1970)**. Tradução de Edmundo Cordeiro com colaboração de António Bento. Paris: Éditions Gallimard, 1971.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

FRASER, Nancy. **A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação**. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 63, p. 7–20, out. 2002.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Org. e revisão técnica: Arthur Ituassu. Tradução: Daniel Miranda; William Oliveira. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Apicuri, 2016.

HIRSCHFELD, Magnus. **Die Transvestiten: Sexology and Pivotal Moments in Trans History**. 2016. Disponível em: <https://www.digitaltransgenderarchive.net/news/2016-08-die-transvestiten-sexology-and-pivotal-moments-in-trans-history>. Acesso em: 13 jun. 2025.

KERTBENY, K. M. **Carta a Ulrichs sobre o uso do termo “homossexual” [carta manuscrita]**. 1869. Publicada postumamente.

KRAFFT-EBING, Richard von. *Psychopathia Sexualis*. [S.l.]: Amazon Digital Services LLC, 2017. Acesso em: 14 jun. 2025.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. 2. ed. London: Verso, 2001.

LOG CABIN REPUBLICANS. *Log Cabin Republicans endorses President Trump for reelection in 2020*. *Log Cabin Republicans*, 16 ago. 2019. Disponível em: [www.logcabin.org/trump-endorsement/](http://www.logcabin.org/trump-endorsement/). Acesso em: 14 jun. 2025.

OLIVEN, John F. *Sexual Hygiene and Pathology*. *The Yale Journal of Biology and Medicine*, [S.l.], v. 37, n. 5, p. 291–297, 1965. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC2604758/>. Acesso em: 13 jun. 2025.

PAULA, Ana Amélia Oliveira Reis de; VIEIRA, Márcia Maria Rosa. **Intersexualidade: aspectos bioéticos e sociais**. *Bioethics Online*, [S.l.], v. 10, n. 2, p. 226-237, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bioet/a/JcmwxdRL69L4h4jMRMB5Ybc/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 14 jun. 2025.

RAUCH, Jonathan. *LGBTQ? Enough already*. Call me Q. Disponível em: [https://www.jonathanrauch.com/jrauch\\_articles/lgbtq-enough-already-call-me-q-1/](https://www.jonathanrauch.com/jrauch_articles/lgbtq-enough-already-call-me-q-1/). Acesso em: 14 jun. 2025.

ULRICHS, K. H. *Forschungen über das Räthsel der mann männlichen Liebe* [Pesquisas sobre o enigma do amor entre homens]. 1867. Disponível em: <https://www.projekt-gutenberg.org/ulrichs/mannmae1/mannmae1.html>. Acesso em: 13 jun. 2025.

WILLIAMS, N. David. *The origin of the word 'Gay' in its homosexual context*. Queer Kentucky. 15 ago. 2019. Disponível em: <https://queerkentucky.com/the-origin-of-the-word-gay-in-its-homosexual-context/>. Acesso em: 14 jun. 2025.

YOUNG, Iris Marion. *Justice and the Politics of Difference*. Princeton: Princeton University Press, 1990.